



ALVARÁ Nº 2.884, DE 29 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4116 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.452.314/0001-89, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.885, DE 29 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4138 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HM HOTEIS E TURISMO S/A, CNPJ nº 47.396.635/0002-02 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.903, DE 30 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/4012 - DPF/URA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER UBERABA, CNPJ nº 03.038.362/0001-60 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 31.896, DE 23 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08096.003381/2013-00 - DPF/CAC/PR, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa PEDRO MUFFATO & CIA LTDA., CNPJ/MF nº 81.433.765/0001-17, localizada no Estado do PARANÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 1.582, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, ao Estado e Municípios de São Paulo - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 712/SAS/MS, de 28 de junho de 2013, que habilita novos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), no Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante anual de R\$ 2.154.211,20 (dois milhões cento e cinquenta e quatro mil duzentos e onze reais e vinte centavos) a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade ao Estado e Municípios de São Paulo, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais, conforme Anexo.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade, Plano Orçamentário 000C - Rede de Urgência e Emergência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 31.897, DE 23 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08452.003650/2013-23 - DPF/PFO/RS, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa PROLINE SEGURANÇA PRIVADA 24 HORAS LTDA., CNPJ/MF nº 09.644.093/0001-61, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 31.900, DE 24 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08451.001270/2013-64 - DPF/CXS/RS, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa AGRO INDUSTRIAL LAZZERI SA., CNPJ/MF nº 88.978.606/0001-47, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 31.905, DE 29 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08320.028548/2012-55 - SR/DPF/MT, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ/MF nº 00.914.803/0002-32, localizada no Estado do MATO GROSSO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 31.906, DE 29 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08310.006907/2013-13 - SR/DPF/MA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 87.169.900/0019-74, localizada no Estado do MARANHÃO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 31.907, DE 30 DE JULHO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.023280/2011-94 - SR/DPF/PE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa JALFORT SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 06.036.457/0001-32, localizada no Estado de PERNAMBUCO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

Ministério da Previdência Social

**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II
EM BELO HORIZONTE
GERÊNCIA EXECUTIVA - B - VOLTA REDONDA**

DESPACHO DO GERENTE EXECUTIVO
Em 2 de agosto de 2013

Dispensa de Licitação nº 017/13 - Interessada: Gerência Executiva do INSS em Volta Redonda-RJ Assunto: Alienação do imóvel de propriedade do INSS situado Rua Jose Henrique Gouvea-Lotes 152/153- casa 115 - Vila Independência- Barra Mansa-RJ-3-Fundamento Legal: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93-DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, de 23 de maio de 2013, em que o Presidente do INSS em conjunto com o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística autoriza a alienação do imóvel de propriedade do INSS desnecessários e não vinculados às suas atividades operacionais, e na forma da competência delegada no inciso X, letra "b" do artigo 167 da PT/INSS/PRES/Nº 296 de 09 de novembro de 2009, Autorizo A Dispensa de Licitação, nos termos do processo nº 37.328.000708-2006-81 e o imóvel em epígrafe em favor de REINALDO VENTURA DOS REIS E DEJANIRA ONORATA DA SILVA REIS neste ato representados pelos CPF/MF Nº 327.503.157-00 e CPF 008.488.047-32, respectivamente e pelo valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) em 36 meses.

LUIZ SÉRGIO MENDES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.581, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e ao Município de Goiânia (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Resolução nº 83/2013/CIB, de 4 de junho de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais), a ser disponibilizado ao Estado de Goiás e ao Município de Goiânia (GO) em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Municipal de Saúde de Goiânia (IBGE 520870).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (Plano Orçamentário 000C) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Código IBGE	Município	GESTÃO	Valor Anual
SP	355170	Sertãozinho	Municipal	275.742,72
	355030	São Paulo	Municipal	1.464.854,40
	350400	Assis	Estadual	413.614,08
	Total Geral			2.154.211,20

PORTARIA Nº 1.583, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

Estabelece recursos a serem disponibilizados ao Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.094/GM/MS, de 28 de maio de 2012, que habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD);

Considerando os Memorandos nº 2.371/2012 e nº 107/2013, do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DAB/SAS/MS), que encaminha relação de Equipes de Atenção Domiciliar custeadas com recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade;



Considerando a Portaria nº 323/GM/MS, de 1º de março de 2013, que estabelece recursos destinados ao custeio e à manutenção de Equipes de Atenção Domiciliar; e

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante de R\$ 552.960,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta reais), a serem disponibilizados ao Distrito Federal, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos estabelecidos no art. 1º, ao Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, em parcela única.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - 0007 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Gestão	Código	Estabelecimento	CNES	EMAD	
					Quant.	Valor Parcela Única
DF	Estadual	530000	Hospital Reg. Asa Norte - HRAN	0010464	1	69.120,00
			NRAD Sobradinho	0010502	1	103.680,00
			HRC Ceilândia	0010480	1	103.680,00
			HRPA Paranoá	2645157	1	103.680,00
			HRG Gama	0010472	1	103.680,00
			Hospital Regional Planaltina - HRPL	0010529	1	69.120,00
			TOTAL			

Considerando a Portaria nº 1.702/GM/MS, de 17 de agosto de 2004, que homologa o processo de adesão ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais de Ensino no Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a contratualização do hospital constante do Anexo a esta Portaria, no Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais de Ensino no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso, no montante de R\$ 2.208.138,33 (dois milhões duzentos e oito mil cento e trinta e oito reais e trinta e três centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Pará e Município de Belém (PA), conforme descrito no Anexo a esta Portaria, da seguinte forma:

I - R\$ 2.160.722,33 (dois milhões cento e sessenta mil setecentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos), relativo ao incentivo a contratualização.

II - R\$ 47.416,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e dezesseis reais), correspondente ao valor do IAE-PI que será remanejado do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), para o Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Município de Belém (PA).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para ao Fundo Municipal de Saúde de Belém (PA) - (IBGE 150140), em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (PO 0007) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Gestão	Município	CNES	Estabelecimentos	IAC	INTEGRASUS	TOTAL
PA	Municipal	Belém	2334321	Hospital Ophir Loyola	2.160.722,33	47.416,00	2.208.138,33
TOTAL					2.160.722,33	47.416,00	2.208.138,33

PORTARIA Nº 1.584, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Pará e do Município de Belém (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

PORTARIA Nº 1.585, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

Estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando a necessidade de potencializar a implementação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ampliar o acesso às ações de reabilitação em saúde bucal;

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ao acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, que visa ações intersetoriais, tendo como público-alvo a população em extrema pobreza e o Programa Brasil Sorridente que entrou no escopo de ações de saúde do Plano com a produção de próteses dentárias para essa população, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos anuais, no montante de R\$ 36.294.760,00 (trinta e seis milhões duzentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
AL	270120	CACIMBINHAS	Municipal	R\$ 90.000,00
AL	270140	CAMPO ALEGRE	Municipal	R\$ 90.000,00
AL	270230	CORURIBE	Municipal	R\$ 90.000,00
TOTAL AL				R\$ 270.000,00
AM	130030	AUTAZES	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130068	BOA VISTA DO RAMOS	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130080	BORBA	Municipal	R\$ 90.000,00
AM	130120	COARI	Municipal	R\$ 144.000,00
AM	130185	IRANDUBA	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130200	ITAPIRANGA	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130290	MAUES	Municipal	R\$ 30.000,00
AM	130300	NHAMUNDA	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130330	NOVO ARIPUANA	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130350	PAUINI	Estadual	R\$ 90.000,00
AM	130390	SAO PAULO DE OLIVENÇA	Estadual	R\$ 90.000,00
TOTAL AM				R\$ 984.000,00
BA	290520	CAETITÊ	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUIPE	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	291190	IACU	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	291290	IBIRATAIA	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	292230	MURITIBA	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	292360	PARAMIRIM	Municipal	R\$ 90.000,00
BA	292910	SAO FELIPE	Municipal	R\$ 90.000,00
TOTAL BA				R\$ 630.000,00
CE	230330	CARIÚS	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230400	COREAU	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230465	GRACA	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230480	GRANJEIRO	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230600	IRACEMA	Municipal	R\$ 30.000,00
CE	230790	MARTINÓPOLE	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230840	MISSAO VELHA	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230880	MORAÚJO	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	230950	ORÓS	Municipal	R\$ 90.000,00
CE	231300	OLONÓPOLE	Municipal	R\$ 90.000,00
TOTAL CE				R\$ 840.000,00
ES	320140	CASTELO	Municipal	R\$ 90.000,00